



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

#### REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2015

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir a escassez de Cursos de Terapia Ocupacional no Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com vistas a discutir a escassez de Cursos de Terapia Ocupacional no Brasil, com a participação dos(as) convidados(as) arrolados.

I) Ministério da Saúde - Secretário da Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, **Sr. Hêider Aurélio Pinto**;

II) Ministro da Educação, **Sr. Aloízio Mercadante**;

III) A Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ANDIFES, **Sra. Maria Lucia Cavalli Neder**;

IV) A Vice-Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, COFFITO, **Sra. Luziana Maranhão**;

V) A Presidente da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais, ABRATO, **Sra. Claides Devizenci**; e

VI) A Presidente da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional, RENETO, **Sra. Ana Paula Malfitano**.

#### JUSTIFICAÇÃO

A falta de Terapeuta Ocupacional para suprir a demanda desse profissional nas políticas públicas tem sido reiterada de forma constante pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, além da carência para atendimento das demandas da saúde suplementar e da rede filantrópica e privada em geral.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Alguns contextos epidemiológicos e sociais nacionais apontam a necessidade de uma formação ampla e diversa, a saber: alta incidência de doenças crônicas não transmissíveis; crescente violência urbana (homicídios e acidentes de transportes); instalação incipiente das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência (educação, mobilidade urbana, trabalho, etc.); gravidez precoce; prematuridade; dificuldades na implementação de cuidados contínuos em saúde mental, em função de transtornos severos e persistentes; aumento dos transtornos graves associados ao consumo de álcool e outras drogas, sendo o impacto do álcool dez vezes maior que o do conjunto de drogas ilícitas.

O número de pessoas com deficiência no Brasil corresponde a 23,9% da população brasileira, o que totaliza cerca de 45,6 milhões de pessoas com deficiência. Nos estados do Nordeste, este percentual alcança os maiores valores (26,6%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2010. Esses dados representam um panorama preocupante, considerando aspectos relacionados à qualidade de vida dessas pessoas e de seus cuidadores, bem como sua inserção na vida social e econômica de um país em plena expansão.

O contexto atual apresenta um envolvimento e responsabilidade social por parte dos profissionais e uma exigência da sociedade com a qualidade da assistência prestada, sendo um diferencial, o aprimoramento do conhecimento e da instrumentalização da ação profissional em atenção às demandas apresentadas no enfoque do indivíduo e da coletividade.

Existe uma necessidade de suprir a carência de terapeutas ocupacionais no Brasil, ressaltando os estados onde não existe nenhum curso, como o Amazonas, com toda sua imensa área geográfica, assim como, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amapá, Tocantins, e nas regiões interioranas de todo o país.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

A Terapia Ocupacional possui áreas de atuação que vão da saúde mental, traumatologia e neurologia, a novas tendências profissionais, que despontam atualmente, como saúde de trabalhador, oncologia, gerontologia, inclusão escolar, tecnologia assistiva, dentre outras.

Nesse contexto, o Curso de Terapia Ocupacional mostra-se fundamental para disseminar o saber de sua especificidade profissional, contribuindo para o acesso da população aos benefícios da Terapia Ocupacional com a formação desse recurso humano a ser inserido nas políticas públicas minimizando a carência dos terapeutas ocupacionais nas equipes de saúde, de assistência social, de segurança pública no sistema penitenciário e outras unidades da rede, nas escolas, dentre outros serviços e programas.

Em face da relevância do tema ora exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**